

ECONOMIA

Comissão Europeia insiste no “sonho” do TGV em Portugal

Bruxelas dá prioridade às relações ferroviárias transfronteiriças, mas diz que a alta velocidade é escolha dos países. Sobre o Douro têm “de conversar” com o Governo de António Costa, alega

Ferrovias
Carlos Cipriano, em Bruxelas

“A conectividade das regiões é uma prioridade para a Comissão Europeia, tanto no presente como no futuro e essa prioridade vai manter-se no próximo quadro comunitário. Mas compete aos Estados-membros decidir se nos caminhos-de-ferro as ligações transfronteiriças devem ser feitas em alta velocidade ou em linhas convencionais”. Carole Macel-Blanchard, chefe da Unidade de Portugal e Espanha na DG Regio (Direcção-Geral de Política Regional e Urbana), disse ao PÚBLICO que, no âmbito das ligações entre estes países, compete aos mesmos decidir se querem ou não uma linha de alta velocidade (TGV, na sigla de origem francesa).

“Não incentivamos os Estados-membros a optarem pela alta velocidade, se eles entenderem que é o cara e que não tem procura suficiente”, acrescentou.

Há duas semanas, o director regional da DR Regio, Rudolf Niessler, em visita a Lisboa disse ao Eco: “Esperamos pelo momento em que Lisboa e Madrid estejam ligados por um comboio de alta velocidade. Está planeado há décadas.” António Costa, porém, já várias vezes afirmou que a questão do TGV em Portugal era um “tabu”.

Carole Macel-Blanchard diz que Rudolf Niessler se limitou a expressar “um sonho” e que obviamente gostariam que a rede de alta velocidade se prolongasse para Portugal, mas sublinhou que essa escolha compete aos países.

De resto, um relatório recente da Comissão mostra que houve linhas de alta velocidade (em particular em Espanha e França) financiadas com fundos comunitários que vieram a revelar um custo-benefício inferior ao esperado e até insuficiente. “Devemos reflectir e pedir às autoridades nacionais para fazerem

análises e comparações entre as linhas de alta velocidade e as linhas convencionais, estudando cenários alternativos. Essa discussão deve ser feita”, disse a responsável.

A Espanha é o país europeu com mais linhas de alta velocidade (e o segundo do mundo logo a seguir à China), tendo ultrapassado a própria França, pioneira do TGV na Europa. Em ambos os países têm crescido as críticas a um alegado exagero da alta velocidade em detrimento da rede convencional, cuja infra-estrutura acaba por se degra-

“Devemos reflectir e pedir às autoridades nacionais para fazerem análises e comparações entre as linhas de alta velocidade e as linhas convencionais, estudando cenários alternativos. Essa discussão deve ser feita”

Carol Macel-Blanchard
Chefe da Unidade de Portugal e Espanha na DG Regio (Direcção-Geral de Política Regional e Urbana)





Há países como Portugal onde a importância dos fundos é grande

Carole Macel-Blanchard
Direcção-Geral Regio

dar por falta de investimento.

Outros países europeus, como a Alemanha, Suíça e Áustria, optaram por uma maior integração entre a rede convencional e as linhas de alta velocidade, aproveitando e modernizando a infra-estrutura que já havia e à qual acrescentaram novos investimentos para o TGV.

Douro? “Temos de falar”

A prioridade dada às redes transfronteiriças levou a Comissão a ter uma posição mais pró-activa em relação às ligações ferroviárias entre Portugal e Espanha, nomeadamente sobre a linha do Douro e a sua reabertura para o país vizinho, restabelecendo a correspondência directa que já existiu entre o Porto e Salamanca.

“É um projecto sobre o qual nós temos de falar com as autoridades portuguesas, porque tem um potencial de benefícios grande”, disse Carole Macel-Blanchard. Explicou que a Comissão fez um estudo no qual identificou obstáculos, em termos de mobilidade, às relações transfronteiriças da União Europeia, tendo identificado 48 *missing links* prioritários. E um deles é precisamente a linha do Douro, que, através do vale homónimo, seguia até à fronteira espanhola e prosseguia depois para Salamanca. O troço do Douro vizinho fechou em 1985 e do lado português o último comboio apitou em Barca de Alva em 1988. Actualmente, a linha funciona entre o Porto e Pocinho e o Governo não tem demonstrado interesse em reabrir a ligação para Espanha.

A sua reabertura custaria, segundo um relatório da Comissão, 578 milhões de euros, dos quais 163 milhões do lado português e 415 do lado espanhol.

A chefe de Unidade de Portugal e Espanha da DG Regio diz que “a modernização de uma linha ferroviária numa região não permite, por si só, o desenvolvimento dessa região, mas a melhoria das ligações ferroviárias é um factor que pode contribuir para tal”. Neste contexto, “para Portugal, a reabertura da linha do Douro para Espanha poderá ter importância para desenvolvimento regional”.

O PÚBLICO viajou a convite do Centro de Informação Europe Direct do Oeste e Lezíria do Tejo

As regiões, os fundos e o populismo na União

A Comissão Europeia realizou um estudo em que procura estabelecer correlações entre o descontentamento popular e a distribuição dos fundos comunitários pelas regiões. O estudo é transversal às áreas mais pobres e mais desenvolvidas da União Europeia, destacando ainda as zonas urbanas e rurais, e procura perceber as razões do sentimento antieuropeu.

Carole Macel-Blanchard, chefe da Unidade de Portugal e Espanha na DG Regio (Direcção-Geral de Política Regional e Urbana), diz que o trabalho de base já foi feito, mas que é necessário ainda analisar bem os dados e fazer a sua filtragem, porque as realidades são muito distintas. “Há países como Portugal, onde a importância dos fundos comunitários é muito grande, e outros, como a Dinamarca, onde estes representam muito pouco”, explicou.

Seja como for, mesmo que exista uma correlação entre regiões eurocéticas e aplicação de fundos da UE, as conclusões do estudo não irão influenciar o próximo quadro comunitário, porque as propostas já foram listadas e não deverão ser alteradas. No entanto, o estudo poderá mostrar a necessidade de intervir em todas as regiões e em particular nas que são menos desenvolvidas.

Carole Macel-Blanchard alerta, todavia, que uma eventual discriminação na distribuição de fundos às regiões que votam contra o projecto europeu iria enfraquecer os pró-europeus dessas zonas e poderia até fomentar o populismo.

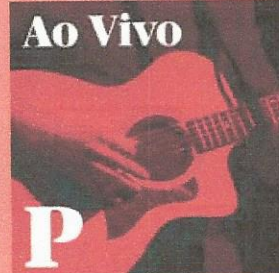
A Comissão já propôs a suspensão dos pagamentos do orçamento da UE em caso de falhas generalizadas no exercício do Estado de direito. Esse mecanismo, cuja criação depende do resultado das negociações em curso com o Conselho e o Parlamento Europeu, deve permitir estabelecer a ligação entre o financiamento do orçamento e o respeito pelos valores da União. Mas trata-se de uma questão muito sensível sobre a qual já não haverá decisões antes das próximas eleições europeias.

Na semana passada, o comissário europeu para a Investigação, Ciência e Inovação, Carlos Moedas, alertava para o perigo de os populistas minarem por dentro as instituições comunitárias e questionava se não deveria haver medidas para travar quem tem como objectivo destruir o próprio projecto europeu.

Actualmente, diz, há pelo menos dez países da União que têm partidos de extrema-direita com discursos antieuropeístas com mais de 10% dos votos. **Carlos Cipriano**



Discurso antieuropeísta tem vindo a crescer na União Europeia



Concertos e conversas na redacção do Público

Este e outros programas em publico.pt/podcasts



PODCASTS

O Público fica no ouvido